

MARCILENE TOSIN

INOVAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DE COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Ângela Welters

CURITIBA

2003

Dedico este trabalho a Deus, que me sustentou e me deu ânimo nas horas mais difíceis que passei durante toda a elaboração da monografia. “Ao único Deus, meu Salvador, mediante Jesus Cristo, meu Senhor, glória, majestade, império e soberania, antes de todas as eras, e agora, e por todos os séculos. Amém!” Judas1:25.

Agradeço a meus pais, meus melhores amigos, pelo sustento em todos os sentidos, e acima de tudo, por acreditarem nos meus sonhos. À Prof^a Liana e à Madalena, por me ensinarem o prazer de pesquisar e aprender o que ainda é desconhecido por mim. E à Prof^a Ângela, a quem estimo muito por ser um exemplo para mim de dedicação e amor às Ciências Econômicas.

LISTA DE SIGLAS

Acarpa	- Associação dos Cafeicultores da Região do Patrocínio
ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
AGO	- Assembléia Geral Ordinária
Agromate	- Federação das Cooperativas de Mate Ltda
APCB	- Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos
Anteag	- Assoc. Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias
BNCC	- Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BRDE	- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CFP	- Comissão de Financiamento da Produção
CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas
Coodetec	- Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola
DAC	- Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da SEAB
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Iapar	- Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
Incra	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INOVASOL	- "Inovações em Economia Solidária: Potencialidades, Desafios e Limites, projeto de pesquisa CNPq: Edital 01/2002
Norcoop	- Projeto Norte de Cooperativismo
OCB	- Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	- Organização das Cooperativas do Paraná
ONG	- Organização Não Governamental
PIC	- Projeto Iguaçu de Cooperativismo
SEAB	- Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
Sescoop	- Sindicato Estadual das Cooperativas do Paraná
SNI	- Sistema Nacional de Inovação
Sulcoop	- Projeto Sul de Cooperativismo
Tecpar	- Instituto de Tecnologia do Paraná

RESUMO

Na última década, diante dos efeitos das políticas neoliberais sobre o mercado de trabalho brasileiro, com o conseqüente aumento do desemprego, ampliou-se o interesse pelas atividades associativas rotuladas como Economia Solidária. Duas são suas principais interpretações: a primeira trata a Economia Solidária dentro da Economia Social como um movimento social de resistência; enquanto que a segunda, do economista Paul Singer, a considera como uma forma alternativa ao capitalismo ainda sob seus marcos. Porém, ao entender que as iniciativas solidárias estão submetidas pela lógica capitalista, o presente trabalho propõe uma outra interpretação, na qual tais atividades econômicas podem ser apreendidas no âmbito da Economia da Inovação neoschumpeteriana. A inovação encontrada nessas atividades solidárias – atividades já consideradas inovadoras pela pesquisa – encontra-se: em seu formato organizacional (produção, apropriação e gestão coletivas); na inovação de bens e/ou produtos oferecidos; e em termos de rede (formação de parcerias). Seguindo tal linha de pensamento, fez-se um estudo de caso de quatro cooperativas do Paraná: Voice, Clac, Horus Telecom e Coopagrícola, com aplicação de um questionário elaborado pelo projeto INOVASOL, para a verificação da aproximação dessas empresas solidárias da inovação neoschumpeteriana e também para a diferenciação destas de acordo com a tipologia proposta pelo INOVASOL. Chegou-se então à conclusão que todas as quatro são empresas inovadoras, porém não podem ser consideradas exemplos de Economia Solidária, pois tanto a Voice como a Horus estão mais próximas de empresas fraudes, enquanto que a Clac e a Coopagrícola comportam-se mais como firmas capitalistas do que como empresas solidárias.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, quando os países avançados mergulharam em uma profunda crise econômica, observou-se na economia mundial uma mudança de comportamento que predomina até os dias atuais: a busca insistente das firmas por flexibilidade, liquidez e agilidade. Como esperado, tal reestruturação trouxe efeitos visíveis sobre o mercado de trabalho, onde verificou-se que “as taxas de desemprego aberto nunca foram tão altas no mundo desenvolvido, mesmo na presença de crescimento econômico” (CARLEIAL¹, apud CARLEIAL, 2001, p. 27).

Do mesmo modo, tal problemática alcançou o Brasil a partir de início dos anos 90, “em função da abertura desastrosa do mercado interno às importações e da sobrevalorização do real” (ANTEAG², 1998, p. 29). As empresas brasileiras, para não sucumbir, tiveram de reduzir custos e dívidas e para voltar a ser competitivas, precisaram se reintegrar aos mercados e à cultura técnica internacional, destruindo milhares de postos de trabalho no país (VALLE, 2002, p. 09).

“No bojo da crise do trabalho, começou então a surgir uma solução” (ANTEAG², 1998, p. 31). Para SINGER³, a Economia Solidária vem se desenvolvendo intensivamente no Brasil desde os últimos anos do século passado, constituindo genericamente uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social. “Trata-se de criar oportunidades através de um novo setor de reinserção produtiva que seria formado por cooperativas, pequenas empresas e trabalhadores por conta própria” (SINGER, 2003 d).

Conseqüentemente, devido ao aumento do desemprego e da exclusão social no país, ampliou-se o interesse pelas atividades associativas e cooperativas, rotuladas como Economia Solidária, e ao mesmo tempo, muitas controvérsias com relação à definição deste tipo de economia. Da interpretação até aqui tratada, decorre então que a Economia Social surge como um movimento social de resistência, como uma possibilidade de recuperação do tecido social em

¹ CARLEIAL, L. (1994) Racionalidade e trabalho: uma crítica a André Gorz. *São Paulo: em Perspectiva* 8(1): 64-74. São Paulo: Fundação Seade.

² Prefácio do economista Paul Singer (outubro 1998) ao livro *Empresa Social e Globalização, Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente*. ANTEAG, São Paulo: Yangraf, 1998.

³ In MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Economia solidária em Desenvolvimento*. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2003.

degeneração devido às crises sucessivas e aos ajustes estruturais no país desde os anos 80.

Por outro lado, existem também interpretações como a do economista e atual Secretário da Economia Solidária, Paul Singer, que considera a Economia Solidária como uma forma alternativa ao capitalismo, ainda sob seus marcos. Segundo SINGER (2003 b), a proposta da Economia Solidária é exatamente eliminar essa divisão de classes e, a partir daí, criar uma economia não capitalista, em que todos participem em atividades sociais, ou seja, todos associados por igual. De acordo com esta visão, dever-se-ia voltar às bases teóricas do socialismo marxista para estudar tal movimento.

Porém, enquanto objeto de estudo, as experiências de produção e trabalho sob o rótulo de Economia Solidária oferecem uma oportunidade de estudo e interpretação muito mais precisa, não norteadas pelo paradigma do marxismo, uma vez que tais iniciativas estão submetidas pela lógica da competição capitalista. Parte-se então, para uma outra interpretação, na qual as atividades econômicas desenvolvidas solidariamente são apreendidas no âmbito da Economia da Inovação, tendo como base teórica a inovação schumpeteriana e neoschumpeteriana.

A inovação encontrada em tais iniciativas de produção coletiva e de apropriação coletiva do excedente está justamente na solidariedade, ou seja, na apropriação coletiva dos resultados obtidos pela produção de bens e serviços, produção também coletiva e além disso, a inovação em termos de gestão (coletiva), de produtos e/ou serviços (ou não) e em termos de rede, de acordo com o projeto INOVASOL (2002). Destaca-se então entre seus empreendimentos as cooperativas, que, segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional, tem como associados no mundo mais de 600 milhões de pessoas, ou seja, mais ou menos 10% da população mundial (SINGER, 2003 b).

A fim de melhor tratar a Economia Solidária no Paraná, com destaque para as cooperativas, a pesquisa encontrar-se-á dividida em cinco capítulos principais. A importância da Economia Solidária será tratada no capítulo dois, bem como sua trajetória no Brasil e principalmente acerca das diversas interpretações que lhe são dadas, e aquela que será adotada na pesquisa. No capítulo três, focar-se-á as cooperativas na importância dos empreendimentos solidários, seus conceitos,

princípios, valores, história e seus desafios, e também sua situação no Estado do Paraná.

Tratando a Economia Solidária como uma inovação no capítulo quatro, a pesquisa apresentará o estudo de caso de quatro tipos de cooperativas do Estado do Paraná: uma cooperativa de produção, uma de serviço, uma de trabalho e uma agrícola. Primeiramente tratar-se-á acerca da metodologia utilizada no estudo de caso, a escolha das cooperativas e um breve quadro histórico e situação atual dessas empresas no item 4.1.

A análise dos resultados obtidos dos estudos de caso (item 4.2), será dividida em três dimensões, segundo o projeto INOVASOL, que são: econômica (4.2.1), política-institucional (4.2.2) e social (4.2.3). Ainda neste último subitem será feita uma análise em termos organizacionais mais aprofundada para se poder separar as cooperativas estudadas em empresas solidárias, firmas capitalistas e empresas fraudes, de acordo com a tipologia proposta pelo projeto INOVASOL (que será abordado mais à frente).

Por fim, mediante tal análise dos estudos de caso, poder-se-á então responder à pergunta, no capítulo cinco, da qual a pesquisa parte como hipótese: as cooperativas paranaenses escolhidas aproximam-se da teoria de inovação neoschumpeteriana? E ainda: como essas cooperativas comportam-se em termos organizacionais no que se refere ao cumprimento dos princípios cooperativistas, ou seja, seriam elas empresas solidárias de fato?

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E BASE TEÓRICA

Da mesma forma que se deu na virada do século XVIII para o XIX, com a primeira revolução tecnológica; periódicas transformações técnico-organizacionais têm sido uma constante nas economias capitalistas (BIRCHAL e MUNIZ, 2003, p. 02). A partir do fim da 2ª Guerra Mundial, manifesta-se também uma importante mudança de paradigma, com a superação do modelo fordista pela organização toyotista⁴ (a partir dos anos 70) e com o surgimento da microeletrônica nos anos 80.

Iniciada a partir de meados dos anos 70, tais transformações, juntamente com a difusão de novas tecnologias e a maior globalização da economia mundial, passaram a impor mudanças radicais tanto nas relações entre as nações e no comércio internacional, como nas estruturas produtivas, restabelecendo o que viriam a ser os novos fatores de competitividade (BIRCHAL e MUNIZ, 2003, p. 02). Tal reestruturação tem impulsionado as firmas a uma busca insistente por flexibilidade, liquidez e agilidade, trazendo efeitos visíveis sobre o mercado de trabalho: aumento do desemprego e da exclusão social justificados pela maior necessidade de redução de custos das empresas.

Em tempos de globalização, integrar-se à economia capitalista e manter-se dentro dela não é tarefa nada fácil. Assim ocorreu com o Brasil a partir de início da década de 1990, com a abertura comercial irrestrita principalmente após 1994 e a sobrevalorização da moeda nacional, com o Plano Real, que colocou as empresas brasileiras diante da necessidade de reduzir custos e dívidas para não sucumbir, e de se reintegrar aos mercados e à cultura técnica internacional para voltarem a ser competitivas (VALLE, 2002, p. 09).

Deste modo, como consequência da adoção das políticas de cunho neoliberal no Brasil na última década, verificou-se a ampliação do desemprego aberto, subemprego e perda de poder de compra de grande parte dos assalariados. Esperava-se que a informalidade fosse dar conta, pelo menos em parte deste problema, entretanto tanto a informalidade como o desemprego aberto cresceram ainda mais nessa década, uma vez que “como o assalariamento não era mais para

⁴ Vale lembrar que o modelo fordista ainda não foi totalmente superado, como muitos autores dizem, uma vez que em muitas fábricas ainda se verifica a utilização deste modelo.

todos, a integração econômica dos restantes passou a depender de sua capacidade de empresariamento espontâneo e improvisado” (VALLE, 2002, p. 24).

Nesse contexto, assiste-se a uma espécie de renascimento de propostas de economia solidária, “revivida após longa dormência” de acordo com o economista Paul Singer, em seu discurso de posse da Secretaria da Economia Solidária em 26 de junho de 2003 (SINGER, 2003 c). Amplia-se o interesse pelas atividades associativas, uma vez que “a inserção dos trabalhadores torna-se crescentemente precária e instável” segundo POCHMANN (1999, p. 18), porém ainda pouco se sabe ou se consegue definir o conceito de Economia Solidária, uma vez que em torno deste existe muita polêmica entre as diversas interpretações.

A Economia Solidária engloba diferentes formas de trabalho coletivo, nas quais se destacam as cooperativas, as empresas autogestionárias (consideradas por este trabalho como empresas solidárias, segundo CARLEIAL, 2003, p. 12), além dos movimentos sociais (clubes de troca, movimentos de desempregados e iniciativas próprias) e o Terceiro Setor (ONGs, associações e fundações). SINGER⁵ a considera como “o conjunto de atividades econômicas _ de produção, consumo, poupança e crédito _ organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade”. Assim, todo proprietário trabalha para produzir e todos os trabalhadores são proprietários do negócio, ou seja, não há separação entre a propriedade e o trabalho (SINGER, 2003 e).

A expressão “atividade de economia social e solidária” é usada para designar empresas e organismos que se distinguem primeiramente pelo estatuto jurídico (cooperativa, mútuo ou companhia sem fins lucrativos) e que afirmam a regra “uma pessoa, um voto”; em segundo lugar pelo funcionamento democrático e pela propriedade coletiva; em terceiro, por serem atividades econômicas, do tipo associativo, fundadas em valores de solidariedade, autonomia e cidadania, dando primazia às pessoas e ao trabalho sobre o capital pela distribuição dos excedentes (COMEAU, 2000, p. 02).

Formalizada por sociólogos e economistas franceses (Jean-Louis Laville, Bernard Erne e Guy Roustang, notadamente), da Economia Solidária não se sabe

⁵ In MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Economia solidária em Desenvolvimento*. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2003.

cooperativismo de produção e consumo seria uma maneira de organizar esse novo setor, como no caso das Cooperativas Mondragón, na Espanha.

A proposta da Economia Solidária, segundo SINGER (2003 b), é exatamente eliminar a divisão de classes, criar uma economia não capitalista e sobre ela um outro tipo de sociedade, onde não há ricos nem pobres, e não há quem manda e quem obedece, onde todos participem em atividades sociais por igual. “A longo prazo, o autor chega a sonhar com a possibilidade da Economia Solidária ser uma grande competidora do grande capital, quando os homens poderiam finalmente escolher e experimentar, de forma pacífica, alternativas ao capitalismo de organização da vida econômica e social” (SINGER, 2003 d).

Mas a utopia e o socialismo que eu estou pregando, e eu não estou sozinho, deve começar de baixo para cima, em algo que se confronta _ você pode ter uma competição pacífica entre as empresas capitalistas e as empresas socialistas ou solidárias...e as pessoas vão ter sempre a liberdade de optar por uma ou outra. Eu não acredito no socialismo imposto. Não tem nenhuma autenticidade, os valores não se realizam. O que eu vejo como revolução socialista é talvez uma gradual hegemonia dessas formas na competição (SINGER, 2003a).

Em seu discurso de posse da Secretaria da Economia Solidária, em 26 de junho de 2003, o próprio SINGER (2003 c) diz que “a economia solidária após um período de dormência, ainda precisa de muitas tentativas e erros para encontrar a organização economicamente eficiente e socialmente igualitária, adequada às condições do século XXI”, ou seja, trata tais iniciativas como socialistas, dentro de, e seguindo a lógica do mercado capitalista, da busca por eficiência, o que em si mesmo já torna-se contraditório.

De acordo VALLE (2003, p.22), argumentos contrários aos de Singer foram traduzidos por Carlos Vainer, professor do IPPUR/UFRJ, num debate em pleno Seminário Nacional do Programa de Economia Solidária da Rede Unitrabalho. Segundo ele, (de acordo com a linha de pensamento desta pesquisa) “não é possível construir um projeto de solidariedade social, uma alternativa à economia e às suas leis, nos marcos da economia”.

STORCH⁶, acerca de cooperativas industriais, já dizia que a proposta dessas cooperativas _ o que pode ser estendido às outras cooperativas também _ “embora compatível com um projeto de socialismo autogestionário, não pressupõe necessariamente transformações radicais nas estruturas econômica e política da sociedade, e é plenamente viável em contextos capitalistas”.

Deste modo, da “Visão Alternativa” , que tem como seu principal defensor o economista Paul Singer (e também da interpretação do movimento social de resistência, citado no item anterior), o presente trabalho passa então para a “Inovação Schumpeteriana”, ao tentar criar e consolidar uma nova interpretação e um novo conceito à Economia Solidária com base na Economia da Inovação.

Tal proposta surgiu pela inserção do presente trabalho no Projeto INOVASOL- “Inovações em Economia Solidária: Potencialidades, Desafios e Limites” (CNPq: Edital Universal 01/2002), no qual a autora encontra-se inserida, juntamente com pesquisadores da UFRGS e PUC-MG; projeto que por sua vez faz parte da Rede de Pesquisa internacional: “Création de Richesses em Contexte de Precarité: comparaison Sud-Sud (Afrique et Amerique Latine) et Nord-Sud (Canada, Afrique et Amerique Latine)”, coordenada no âmbito internacional pelo Prof.º Dr. Marc Fontan da Université du Quebec.

Ao apreender as atividades desenvolvidas solidariamente no âmbito da Economia da Inovação, pressupõe-se que tais iniciativas constituem-se inovações geradas dentro do próprio sistema econômico vigente, o capitalismo, para sobreviver dentro deste, ou seja, ainda sob o capital. Segundo TAUILE e DEBACO (2002, p. 02), “tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo”.

Em primeiro lugar, cada uma delas pode ser analisada como uma inovação organizacional no sentido de agregarem recursos para produzirem bens e ou serviços cujos resultados são apropriados coletivamente, e não somente a apropriação, mas também a gestão do empreendimento e a produção coletivas. Podem também produzir inovações em produtos e serviços; e em terceiro lugar, mesmo subordinadas às regras da acumulação capitalista e à necessidade de

⁶ In MOTTA, F. C. P. et al. *Participação e Participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987, p. 61-91.

produzir procurando atingir em “certo tempo médio de produção” (ganhos de produtividade), estas iniciativas buscam a ação cooperada entre si, organizando-se em redes, buscando aprender com a experiência de seus congêneres (CARRION e CARLEIAL, 2002 a e b).

Em síntese, significa que além de expressarem um formato organizacional inovador, apresentam também inovações sociais, inovações em forma de governança (formação de redes) e de produção de bens e/ou serviços, de acordo com o projeto INOVASOL. E assim, em decorrência da prática de produção em rede, da busca de parcerias com outras iniciativas de produção, da ação interativa com universidades, tais formas organizacionais inovativas podem ser analisadas sob a ótica dos Sistemas Regionais de Inovação, tendo como orientação teórica a análise neoschumpeteriana da inovação. (CARRION e CARLEIAL, 2002 a e b).

Para enriquecer o debate, FONTAN⁷, citado por CARLEIAL et al.(2003, p. 04) aponta a capacidade que a Economia Solidária teria de gerar “inovações matriciais e desenvolvimentistas” representadas, de um lado, pela criação de novos produtos ou serviços, pela transformação dos modos de organização do trabalho e da produção, e de outro, pela introdução de mudanças sócio-econômicas que transformariam as mentalidades, os valores e os comportamentos dos empreendedores e trabalhadores.

2.2 ECONOMIA DA INOVAÇÃO E SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO

“A inovação é uma área ainda envolta numa certa névoa em relação aos conceitos que lhe são base e carregada de subjetividade”. Ela “consiste na incorporação no processo produtivo de um produto/serviço ou método de produção/prestação de serviços novos ou significativamente alterados”. Assim, ...”a inovação permite encontrar soluções para os novos problemas, ou resolver os antigos de um novo modo, acarretando uma mudança nos padrões produtivos existentes” (MARTINS, A. T., 2003).

⁷ In FONTAN, J. M. (2002) “*Projet D’Alliance – INÉ*”. Conseil de Recherche en Sciences Humaines du Canada, Lettre d’Intention sous la responsabilité de Jean-Marc Fontan. Déposée le 16 de dezembro au CRSH. Université de Quebec à Montreal. Montreal (mimeo).

Na atual fase do capitalismo, onde a concorrência tornou-se muito acirrada e o aumento da competitividade condição fundamental para as empresas conseguirem se inserir no mercado, “inovar” passou a ser um requisito fundamental para enfrentar essa concorrência. A modernização tecnológica, organizacional e institucional tornou-se fundamental para a inserção num mercado cada vez mais exigente.

Schumpeter, em seu livro Teoria do Desenvolvimento Econômico de 1912, colocava que “a idéia central para o entendimento das mudanças econômicas está na incorporação de inovações no sistema econômico, no qual o processo de mudanças tecnológicas irá revolucionar a estrutura econômica a partir de dentro, criando elementos novos e destruindo os antigos, no chamado processo de ‘destruição criadora’” (SHIKIDA e LOPES, 2003).

Sob o termo de inovações, SCHUMPETER (1997, p. 76), considerado um dos pais da Economia da Inovação, distingue cinco categorias de inovações:

1. Introdução de um novo bem, ou de uma nova qualidade de um bem;
2. Introdução de um novo método de produção;
3. Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado que determinada indústria em questão não tenha ainda entrado;
4. Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados;
5. Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou a fragmentação dessa posição.

Pode-se afirmar que enquanto as quatro primeiras categorias implicam alteração nos conhecimentos aplicados na produção, referindo-se a mudanças tecnológicas; a última trata da inovação organizacional, ou seja, o desenvolvimento de novos modelos de gestão e organização empresarial (MARTINS, A. T., 2003).

Segundo KON (1994, p.83), “Schumpeter salienta o fato de o capitalismo por natureza ser uma forma ou método de transformação econômica de caráter evolutivo e não estacionário. Este caráter evolutivo do processo capitalista resulta em modificações no meio natural e social, que irão configurar as alterações na vida econômica, produzindo constantemente transformações industriais”; que segundo

este trabalho podem ter introduzido as iniciativas solidárias, com destaque para as cooperativas e as empresas autogestionárias.

Com base no livro já citado anteriormente de SCHUMPETER (Teoria do Desenvolvimento Econômico de 1912), tentou-se traçar um paralelo⁸ entre suas citações e as iniciativas inovadoras de Economia Solidária.

Schumpeter diz que “as novas combinações, via de regra, estão corporificadas, por assim dizer, em empresas novas que geralmente não surgem das antigas, mas começam a produzir a seu lado” (p. 77); onde em lugar das empresas novas poder-se-ia colocar as cooperativas de produção, por exemplo, e as novas combinações seriam as inovações em gestão e apropriação coletiva.

Para o autor, “na vida prática ocorre freqüentemente a existência de trabalhadores desempregados, matérias-primas não vendidas, capacidade produtiva não utilizada, e assim por diante, sendo esta certamente uma circunstância que contribui, em condição favorável e mesmo como incentivo, para o surgimento de combinações novas” (p. 77); como é o caso dos movimentos de desempregados e da maioria dos empreendimentos solidários.

“O comando sobre os meios de produção é necessário para a realização de novas combinações” (p. 78); como paralelo traz-se as empresas autogeridas, onde os trabalhadores são ao mesmo tempo os capitalistas pois detêm em suas mãos os meios de produção, o que por si só trata-se de uma inovação.

Schumpeter chama de “empreendimento” a realização de combinações novas e de “empresários” os indivíduos cuja função é realizá-las (p. 83). Assim, o autor refuta a idéia *marshalliana* de que o empresário é apenas o administrador; a função essencial do empresário deve sempre aparecer misturada com outros tipos de atividade (p. 85 e 86). Finalmente, eles são considerados um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos (p. 89 e 90); podendo chamar deste modo de empresários os que trabalham em empreendimentos solidários, dado que nessa pesquisa os consideramos inovadores.

⁸ O pensamento de Schumpeter, em seu livro Teoria do Desenvolvimento Econômico (1997), cap.2, é claramente motivado pelas transformações industriais de sua época, na busca da prática da inovação no capitalismo industrial. Aqui neste trabalho, frases do autor foram retiradas de seu livro supra citado e utilizadas como “pistas” para a interpretação de empreendimentos solidários como inovações do capitalismo atual, com destaque para as cooperativas.

“Por que o indivíduo não deveria justamente fazer uso das novas possibilidades tanto quanto das antigas, e, conforme a posição de mercado, tal como ele a entende, criar porcos em vez de vacas, ou até escolher uma nova rotação de culturas, se isso puder ser visto como mais vantajoso?” (p. 87); como acontece com uma boa parte dos cooperados, que deixaram seus empregos no mercado formal em busca de novos valores nas cooperativas.

O autor ainda trata acerca das dificuldades enfrentadas pelos empresários: “enquanto nos canais habituais é suficiente a própria aptidão e experiência do indivíduo normal, quando se defronta com inovações, precisa de orientação”; (p. 87) como acontece com as cooperativas que buscam orientação nas Incubadoras Tecnológicas das Universidades para se consolidarem no mercado. Além disso existe uma “reação do meio ambiente social contra aquele que deseja fazer algo novo, resistência principalmente advinda dos grupos ameaçados pela inovação, depois da dificuldade para encontrar a cooperação necessária, e finalmente na dificuldade para conquistar os consumidores” (p. 93 e 94); problemas encontrados por muitas cooperativas com relação aos sindicatos e ao Ministério do Trabalho, que não vêem com bons olhos o fato dos cooperados não terem carteira assinada.

Dentre os neoschumpeterianos, destacam-se duas correntes principais: os evolucionários, como Dosi, Nelson e Winter, e os institucionalistas, como Freeman e Lundvall. Os primeiros desenvolveram seus trabalhos com base na “busca de modelos teóricos que internalizassem completamente o processo de inovação tecnológica, de forma a captar sua capacidade de transformação de estruturas e dinamização do processo competitivo” (ANDRADE e DIAS, 2003). Já os institucionalistas, em relação aos evolucionários, deram maior ênfase às instituições do que às inovações, desenvolvendo a concepção de “Sistemas de Inovação Nacionais” _ corrente neoschumpeteriana escolhida pela pesquisa para o estudo dos empreendimentos solidários.

A concepção de Sistemas Nacionais de Inovação desenvolvida pelos neoschumpeterianos institucionalistas, tornou-se um importante caminho para a análise do processo de inovação tecnológica. Tal sistema consiste no conjunto de instituições relacionadas às atividades inovativas, tais como universidades, institutos de pesquisa, área de Pesquisa & Desenvolvimento das empresas, dentre outras instituições, que se retro-alimentam, tendo em seu centro a empresa (MARTINS, H.

E. P., 2003, p. 569). Ainda segundo CARLEIAL (2001, p. 45), “ é o conjunto de inter-relações capaz de explicar a dinâmica da inovação e a posição relativa de cada país ou região em relação à fronteira tecnológica que pode ser apreendido pelo conceito de Sistema Nacional de Inovações”.

Com relação ao conceito de Sistemas Nacionais de Inovação, MARTINS, H. E. P. (2003, p. 569) aborda, a partir dos trabalhos pioneiros no assunto, as contribuições de seus principais formuladores:

Lundvall (1988) enfatizou a interação produtor-consumidor dentro de uma economia nacional, apontando que os fluxos de tecnologia e a cooperação inter-firmas são muito mais freqüentes e intensos em nível nacional que internacional, enquanto Freeman (1988) acentua a relevância das inovações técnicas serem acompanhadas por reformulações das instituições políticas e sociais. Segundo ele, os SNI's são redes de instituições nos setores públicos e privados cujas atividades e interações iniciam, importam, modificam e difundem novas tecnologias.

Ao guardar o entendimento de Schumpeter acerca dos tipos de inovação, os neoschumpeterianos passam a analisar não somente os elementos de mercado nos procedimentos inovativos, como também o ambiente externo à firma e o aparato institucional (CARLEIAL et al., 2003, p. 12). Além disso, destacam a importância da interação no processo de inovação tecnológica e a formação de redes de firmas como decisão estratégica das grandes firmas (CARLEIAL, 2001, p. 34).

MARTINS, H. E. P.(2003, p. 569) após tratar acerca das discussões sobre a importância das diversas escalas _ internacional, nacional e regional _ nos arranjos produtivos, admite que os níveis de governos subnacionais e supra-nacionais vêm adquirindo maior importância recentemente tanto com o processo de reestruturação e reorganização produtiva, quanto com a reorganização de estruturais governamentais. O autor então diz que pode-se pensar desse modo em sistemas de inovação constituídos em escala subnacionais, visto que tanto arranjos produtivos e redes de firmas, como instituições governamentais vêm se fortalecendo nessa escala. Pode-se então pensar em “Sistemas Regionais de Inovação”, dos quais o presente trabalho pressupõe que tanto as cooperativas como as empresas autogeridas participam, uma vez que aqui ambas são tratadas como empreendimentos inovativos.

3 COOPERATIVISMO: HISTÓRIA, CONCEITOS, PRINCÍPIOS E DESAFIOS

A cooperação, segundo NASCIMENTO (2002, p. 08), apesar de existir de longa data, adquiriu nos dias de hoje uma escala mundial, com milhares de sociedades cooperativas reunindo milhões de associados de acordo com a multiplicidade dos meios e das atividades humanas. E ainda que não se saiba ao certo a real importância econômica e social das cooperativas e a dimensão na qual elas vêm permitindo, mesmo em ambientes hostis, que milhões de pessoas e suas famílias alcancem seus objetivos pessoais, simplesmente por existirem, as cooperativas contribuem para a realização de um progresso social considerável (Secretário Geral das Nações Unidas em maio de 1992, citado em ACI, 2003 c).

O cooperativismo surgiu em 1844 na Inglaterra, quando a indústria da lã prosperava e o capitalismo ganancioso submetia os trabalhadores a preços abusivos, exploração de jornada de trabalho de mulheres e crianças, e ao desemprego crescente advindo da Revolução Industrial. Nasceu nesse contexto a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, uma cooperativa de consumo que consistia na união de tecelões que constituíram uma poupança para a aquisição de bens de consumo em maior escala, com preço diferenciado, para a divisão comum (OCEPAR, 2003 f).

A idéia do cooperativismo já existia muito antes da Sociedade de Rochdale, que teve como seu principal precursor Robert Owen. Em 1835, Owen _ que segundo SINGER (2003 a) era um grande líder industrial que se tornou um grande líder socialista e da classe trabalhadora _ iniciou um projeto de uma “Associação de todas as classes de todas as nações”. Tal projeto “sugeriu a constituição de uma cooperativa central com sucursais em todo o mundo, o que porém não deu certo, mas foi de grande valia para o lançamento de suas idéias cooperativistas” (OCEPAR, 2003 f).

Em 1895, nasce a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), criada devido à valorização da união entre as cooperativas, que por sua vez, levou à constituição em vários países, a partir da primeira cooperativa de consumo na Inglaterra, das primeiras operárias de produção na França (incentivadas por Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc) e das primeiras de crédito na Alemanha, de uniões, federações e confederações de cooperativas (OCEPAR, 2003 f). E no âmbito do

continente americano, a Organização das Cooperativas da América (OCA), em 1963 e no Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 1969 surgiram como representativas e prestadoras de apoio às cooperativas em suas regiões subordinadas à ACI.

De acordo com o Novo Dicionário de Economia, Cooperativismo (1994) é “uma doutrina que tem por objetivo a solução dos problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação, formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum”. Já a definição de Cooperativa dada pela ACI (2003 b) é a de que “é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida”.

Os valores cooperativistas baseiam-se na ajuda mútua e solidariedade, responsabilidade, democracia, igualdade e equidade, honestidade e transparência, responsabilidade social e preocupação pelos semelhantes (OCB/Sescoop). Dentre as virtudes do Cooperativismo encontram-se: o viver melhor, pagar a dinheiro, poupar sem sofrimento, suprimir os parasitas, combater o alcoolismo, integrar as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar o acesso à propriedade, reconstruir uma propriedade coletiva, estabelecer o preço justo, eliminar o lucro capitalista e abolir os conflitos, segundo a OCB/Sescoop.

Os princípios cooperativistas, que são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores, foram consubstanciados em setembro de 1995, no Congresso realizado em comemoração ao Centenário da ACI. São sete os princípios, segundo a OCEPAR (2003 d) e a ACI (2003 b):

I. **Adesão voluntária e livre** - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

II. **Gestão democrática pelos membros** - As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.

Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto), e as cooperativas de grau superior são também organizadas de forma democrática.

III. Participação econômica dos membros - Os membros contribuem eqüitativamente para a formação do capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital subscrito como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelos menos, será indivisível; benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

IV. Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

V. Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

VI. Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

VII. Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

A cooperativa diferencia-se portanto do restante das outras organizações comerciais pelo seu principal objetivo, que é o de servir aos seus membros, tendo

um simultâneo impacto benéfico na comunidade em que opera (Mensagem da ACI, 2003 a). As principais distinções entre as cooperativas e as outras empresas estão no quadro abaixo feito pela OCB/Sescoop:

QUADRO 1 – COOPERATIVAS X OUTRAS EMPRESAS: PRINCIPAIS DIFERENÇAS

SOCIEDADE DE CAPITAL	SOCIEDADE COOPERATIVA
<ol style="list-style-type: none"> 1. É uma sociedade de capital; 2. O objetivo é o lucro; 3. O capital é dividido por ações; 4. Controle acionário (cada ação é um voto); 5. Assembléia: “Quorum” baseado no capital através do número de ações; 6. É permitida a transferência de ações a terceiros; 7. Dividendos proporcionais ao número e valor das ações nas Bolsas de Valores. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. É uma sociedade de pessoas; 2. O objetivo principal é a prestação de serviços⁹; 3. O capital é dividido em cotas-partes; 4. Controle democrático (um homem, um voto); 5. Assembléia: “Quorum” baseado no número de associados; 6. Não é permitida a transferência de cotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade; 7. Retorno proporcional ao valor das operações com a cooperativa.

FONTE: OCB/Sescoop

Apesar das cooperativas possuírem tais qualidades positivas, anteriormente citadas, elas muitas vezes padecem de sérias limitações à sua capacidade de perseguir com eficácia os seus objetivos econômicos e sociais. Dentre as limitações, pode-se destacar: a dificuldade de capitalização, a dificuldade de conciliar disciplina a hierarquia com o fato de todos se sentirem donos, e também do contrário, a dificuldade do cooperado entender que é dono da cooperativa, o baixo grau de instrução formal dos cooperados, a escassez de pesquisas e dados acerca da Economia Solidária no Brasil, o que torna ainda mais difícil a formulação e execução de políticas públicas no apoio ao movimento, entre outros.

⁹ É importante lembrar que as cooperativas não são unicamente prestadoras de serviços, ou seja, existe uma variedade de cooperativas que podem ser de produção, consumo, crédito, entre outras.

Somando-se às dificuldades citadas, destaca-se a existência das chamadas Cooperativas-gato, que segundo NASCIMENTO (2002, p. 08), surgiram da alteração na Lei 8.949 de 09-12-1994, à qual foi acrescentado parágrafo único ao art. 442 da CLT, para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados e entre estes e os tomadores de serviços daquelas. Tal brecha na lei trouxe como consequência um grande aumento no número de cooperativas, especialmente as de trabalho. De acordo com SINGER (2003 e), só em São Paulo, a cada dia, duas novas cooperativas são constituídas, sendo que a maior parte delas é ilegítima, ou seja, não são constituídas a partir de um ato de vontade de seus participantes, mas sim do empregador.

Consideradas por VALLE (2002, p. 19) como pseudo-cooperativas, tratam-se de simples fachada legal para a contratação individual de pessoas que passam a trabalhar nas próprias dependências da empresa a qual a pseudo-cooperativa “presta serviços”, lado a lado com seus empregados regulares. O problema está justamente em identificar tais pseudo-cooperativas, que continuam gozando das vantagens tributárias e fiscais inerentes às cooperativas, e combatê-las, uma vez que estas empresas coletivas ferem os direitos de seus trabalhadores, desregulamentando ainda mais a legislação trabalhista.

3.1 HISTÓRIA E PANORAMA GERAL DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ

O movimento cooperativista no Brasil iniciou-se em 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias de Fourier, fundou com um grupo de europeus nos sertões do Paraná a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas, que por sua vez teve breve existência (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2003). Mas foi em 1902 que nasceu a primeira cooperativa no país, a Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis, na cidade de Nova Petrópolis/RS, que por sinal ainda está em atividade. E vale também lembrar outra data importante para o cooperativismo brasileiro: o ano de 1971, com a promulgação da Lei 5.764, que definiu a Política Nacional do Cooperativismo, instituindo o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas.

O cooperativismo brasileiro é hoje uma importante força econômica, sendo composto por 7549 cooperativas dos diferentes ramos: Agropecuário (o ramo mais forte no país), Consumo (destaca-se em número de cooperados), Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infra-estrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho (o mais forte em número de cooperativas), Turismo e lazer, e Transporte. Com 5.258.644 milhões de cooperados, gerando de forma direta cerca de 172 mil empregos, elas são responsáveis por um volume de transações econômicas equivalentes a cerca de 6% do PIB (dados de 2002).

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO BRASILEIRO - 2002

RAMOS	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.624	865.494	105.597
Consumo	170	1.702.387	7.873
Crédito	1.066	1.127.955	21.157
Educacional	301	73.223	2.933
Especial	7	2.035	6
Habitacional	313	73.254	1.445
Infra-estrutura	184	567.394	5.410
Mineral	40	51.231	41
Produção	147	11.094	326
Saúde	880	384.215	19.152
Trabalho	2.109	356.089	5.514
Turismo e lazer	10	263	0
Transporte	698	44.010	1.941
TOTAL	7.549	5.258.644	171.395

FONTE: OCEPAR, dezembro/2002

No Paraná, o cooperativismo nasceu nas comunidades de imigrantes europeus que surgiram no Estado no século XIX, procurando organizar a compra e venda em comum, além de suprir suas necessidades de lazer através das sociedades cooperativistas. Vários movimentos de espírito cooperativo surgiram até

1911, mas o mais importante foi o que ocorreu entre os franceses liderados por Jean Maurice Faivre, quando fundaram a Colônia Tereza Cristina em 1847, hoje no município de Cândido Abreu.

Seguiram-se então vários outros movimentos cooperativistas no Estado, como a Colônia Cecília em 1890 em Palmeira; a fundação, em 1906, da Associação Beneficente 26 de Outubro, por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro, mais tarde; em 1909, as indústrias madeireiras que se reuniram e fundaram a Cooperativa Florestal Paranaense; a fundação da Colônia Muricy com a constituição em 1912; a Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda, em 1945 (OCEPAR, 2003 b).

Além desses, destaca-se o nascimento _ liderados pelo ferroviário ucraniano Valentin Cuts _ da Sociedade Cooperativa Svitlo em Carazinho, União da Vitória em 1920; e da Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, no ano de 1930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei 581/38, tendo o registro datado em 19 de maio de 1942, recebendo o nº 1 (OCEPAR, 2003 b).

Tais movimentos dos imigrantes deram um importante impulso ao cooperativismo paranaense, com experiências bem sucedidas das cooperativas de colonização, como é o caso da Agrária, de Entre Rios; Witmarsun, de Palmeira; Capai de Arapotí; Castrolanda, de Castro; e Batavo, de Carambeí. A Batavo é considerada hoje uma das mais prósperas colônias de imigrantes, formada por holandeses que chegaram em número de 450 estrangeiros no ano de 1911, e que a constituíram em 1925, com o nome de Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo.

Destacam-se também a formação da Federação das Cooperativas de Mate Ltda – Agromate, entre os anos 30 e 40, constituída por 40 cooperativas de mate, que marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando então transformou-se em Rural Sul, ao diversificar suas atividades. Na década de 60, o setor cafeeiro também passou por dificuldades com o declínio da produção, quando então o IBC (Instituto Brasileiro do Café) deu incentivos à criação de cooperativas de cafeicultores para superar os problemas que o setor enfrentava.

O movimento cooperativista paranaense ganhou proporções a partir de 1969, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos pela Acarpa, DAC e Incra, com o apoio do Banco do Brasil, BRDE, BNCC e CFP. O objetivo desses projetos era rediscutir a forma de atuação das cooperativas, que muitas vezes atuavam em concorrência umas com as outras. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. A reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste foi feita pelo Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC de 1971, ano em que nasceu a OCEPAR. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e na região Centro-Sul, o Projeto Sul de Cooperativismo – Sulcoop de 1976.

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial. A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infra-estrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como consequência, da agroindustrialização (OCEPAR, 2003 b).

As cooperativas agropecuárias paranaenses em 1972 passaram então a contar com o Centro de Pesquisas da OCEPAR , o qual tinha a responsabilidade pelo desenvolvimento tecnológico agropecuário dessas cooperativas, mantendo estreito relacionamento com instituições nacionais e internacionais.

Em 1983, foi implantado o Projeto Piloto de Autofiscalização no Paraná, um importante passo rumo à autogestão das cooperativas do Estado; e com a Constituição de 1988 (artigo 5, inciso XVIII, que veda a interferência estatal em cooperativas), a aprovação na Assembléia Geral da OCEPAR de 1991 do Programa de Autogestão. Esse programa visava a orientação na constituição e registro de cooperativas, acompanhamento de desempenho, educação, capacitação e reciclagem, organização dos cooperados, comunicação e integração das cooperativas.

Em 1991, a OCEPAR também criou os Núcleos Regionais Cooperativistas, onde o Estado foi dividido em cinco núcleos, de acordo com a localização geográfica e área de ação de todas as cooperativas. E foi nas reuniões desses núcleos que se debateu e aprovou-se o Plano Paraná Cooperativo 2000, um planejamento estratégico das cooperativas paranaenses "baseado na situação econômica do sistema, nas tendências do mercado interno e externo e no potencial de crescimento, e que, como resultado do esforço integrado de dezenas de lideranças, traçou diretrizes de médio e longo prazo que orientarão os próximos investimentos, cuja consolidação se constitui no grande desafio atual que permitirá inserir o cooperativismo na modernidade imposta às empresas pela globalização mundial" (OCEPAR, 2003 b).

Em 1996, diante do crescimento acelerado do número de novas cooperativas, especialmente no setor urbano, foi criada a Incubadora de Cooperativas, visando disciplinar e uniformizar os procedimentos de forma que a constituição destas novas empresas se dê em conformidade com a legislação. Importante também lembrar a transformação da OCEPAR no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - SESCOOP, com o "objetivo primordial de representar e defender os interesses do sistema cooperativo paranaense perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativas e de seus integrantes, além de exercer a representatividade sindical das cooperativas paranaenses" (OCEPAR, 2003 b).

A situação atual das cooperativas paranaenses é significativa, com um faturamento que de 2001 para 2002 passou de R\$ 7,8 bilhões para R\$ 10,6 bilhões. Cerca de 52% do PIB agrícola do Paraná é gerado por cooperativas, sendo que 1/3 dos agricultores no total são filiados a OCEPAR. Dos paranaenses, 1 milhão de pessoas participam do sistema cooperativista; e os investimentos das cooperativas para os próximos 3 anos estão estimados em R\$ 450 milhões, destes, R\$180 milhões no setor de carnes. Com relação às exportações do Estado, em 2002 as cooperativas paranaenses representaram 59% do total das exportações das cooperativas brasileiras, com o valor chegando a US\$ 642 milhões.

Segue abaixo uma tabela sobre a situação das cooperativas do Paraná em 2002:

TABELA 2 – COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ - 2002

RAMOS	NÚMERO DE COOPERATIVAS	NÚMERO DE COOPERADOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Agropecuário	67	90.050	29.951
Crédito Rural e Mútuo	48	104.594	1.230
Infra-Estrutura	9	8.371	270
Saúde	35	12.434	1.808
Educacional	12	29.020	74
Transporte	12	1.866	
Trabalho	16	1.900	24
Turismo e Lazer	1	152	2
Habitacional	1	130	9
Consumo	1	1.608	22
TOTAL	202	250.125	33.495

FONTE: OCEPAR, in: www.ocepar.org.br

NOTA: Tabela construída a partir de três outras separadas, que aqui foram agregadas.

Após abordar acerca do cooperativismo e sua história, conceitos, princípios e desafios, e sobre o cooperativismo no Estado do Paraná, apresentando um panorama geral das cooperativas paranaenses no ano de 2002, passa-se então para o próximo item que trata sobre o estudo de caso das quatro cooperativas escolhidas, a metodologia utilizada e os resultados mais importantes a serem destacados.

4 ESTUDO DE CASO DE COOPERATIVAS PARANAENSES

4.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA E AS COOPERATIVAS ESCOLHIDAS

As cooperativas do Estado do Paraná foram escolhidas aleatoriamente dentre aquelas filiadas a OCEPAR para este estudo de caso. A área de abrangência era em princípio Curitiba e região metropolitana, o que porém acabou por englobar também o município de Ponta Grossa, pela falta de cooperativas agrícolas na região citada anteriormente. A proposta inicial era a de selecionar quatro cooperativas, sendo: uma de produção, uma de serviço, uma de trabalho e uma agrícola. Por fim, durante o estudo, constatou-se que, apesar das quatro serem tratadas pela OCEPAR como diferentes, pode-se agrupar tais cooperativas em apenas dois tipos: agrícolas e de trabalho.

A metodologia utilizada foi a aplicação de questionário _ que encontra-se em anexo e do qual nem todas as informações foram utilizadas na monografia _ elaborado pelos pesquisadores do projeto INOVASOL para um dirigente e um cooperado de cada uma das cooperativas. Tal fato aconteceu durante o mês de outubro do presente ano, nos dias 14, 16 , 17 e 24, com duração média de 3 horas de entrevista em cada uma das empresas. Após isso, analisou-se o resultado dos questionários, levando-se em consideração o ambiente social e econômico interno das empresas e todas as percepções subjetivas que se teve durante as entrevistas. E através dessa análise, o presente trabalho utilizou-se da tipologia também proposta pelo projeto INOVASOL para a diferenciação, dentre as cooperativas escolhidas, as que são empresas solidárias, firmas capitalistas ou empresas fraudes.

A primeira cooperativa a qual aplicou-se o questionário foi a cooperativa de trabalho **Voice** – Cooperativa de Telemarketing, Informática e Eventos, que se situa em Curitiba, e está no mercado há pouco mais de 3 anos. Tal empresa surgiu devido à transferência do setor de telemarketing da Editora Globo, no lançamento da revista Época em 1999, do Estado do Paraná para São Paulo. Como consequência, 42 operadoras de telemarketing ficaram sem seus empregos, e dentre estas apenas 27 resolveram formar uma cooperativa. O faturamento da empresa passou de pouco

mais de mil reais para quase R\$346.000,00 no ano de 2002; e atualmente conta com 248 cooperados, sendo 97% mulheres.

Em seguida, a cooperativa de produção leiteira **Clac** – Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda., a mais antiga de todas as escolhidas (fundada em 1959), foi visitada. A Clac situa-se em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, e tem como atividades a produção de leite, a assistência, apoio e venda de insumos aos cooperados, a venda do leite e realização de cursos aos associados. Para isso, contava já em 2002 com 33 funcionários, sendo composta por 1109 cooperados. Em maio de 2002 passou por uma reestruturação para poder reduzir custos, quando a folha de pagamentos passou para as mãos da Frimesa, tendo como consequência a queda de seu faturamento em cerca de 4 vezes, uma vez que agora este só vem dos lucros de suas lojas em São José, Lapa, União da Vitória, Porto União e Adrianópolis.

A terceira cooperativa foi a **Horus Telecom** – Cooperativa de Serviços Integrada para a Tecnologia da Comunicação, situada em Curitiba, que assim como a Voice está no mercado há pouco mais de 3 anos. A maioria dos 23 fundadores da empresa veio da Siemens quando pediram demissão ou foram demitidos. A Horus prosperou fortemente em seu primeiro ano de funcionamento, uma vez que as telecomunicações estavam em intensa atividade no Brasil naquele ano com as privatizações; e também por terem como principal cliente a própria Siemens. Nesse ano, tiveram um faturamento de mais de oito milhões de reais com 172 cooperados, caindo para menos de meio milhão em 2002 com apenas 34 associados devido à interrupção judicial de prestação de serviços à Siemens, que era sua maior cliente.

E por fim, a **Coopagrícola** – Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa foi a última a ser entrevistada. Nascida em 1962, a empresa produzia inicialmente apenas trigo e arroz, sendo hoje também produtora de soja, milho, azeite e sementes. A produção se dá pelos cooperados, enquanto que a cooperativa recebe tal produção (limpeza, secagem e armazenagem), classifica-a e a beneficia. Além disso, dá assistência técnica a seus associados, vende insumos e implementos agrícolas e possui sua própria usina de calcário. Em 1995, a empresa entrou em sérias dificuldades financeiras, devido à má administração até então, o que levou ao corte de metade de seus funcionários e queda também no número de cooperados. Hoje a Coopagrícola conta com 270 cooperados e 124 funcionários (administração, na

usina, na armazenagem dos grãos etc), sem contar com os serviços terceirizados como o refeitório, a informática, a parte jurídica e os recursos humanos; e o faturamento vem aumentando ano a ano, chegando a R\$ 46,5 milhões só em 2002.

Abaixo segue-se um tabela acerca das cooperativas já referidas:

TABELA 3 – COOPERATIVAS PARANAENSES DO ESTUDO DE CASO - 2002

COOPERA TIVAS	NATUREZA	Nº DE ASSOC.	Nº DE FUNC.	FATURAM. ANUAL (R\$)	RESULT. ANUAL (R\$)
Voice	Trabalho: operadores de telemarketing, informática e eventos	196	-	347.484,19	6.000,00
Clac	Produção Leiteira	1.109	33	3.392.390,49	-1,2 milhões
Horus	Prestação de serviços em telecomunicações	34	01	455.030,00	0
Coopagrícola	Produção agrícola: soja, milho, arroz e trigo	233	98	46.543.240,07	+/-1 milhão

FONTE: Dados fornecidos pelas cooperativas durante a aplicação dos questionários, outubro/2003

4.2 O ESTUDO DE CASO E SEUS RESULTADOS

Após terem sido aplicados os questionários nas respectivas empresas solidárias escolhidas, procurou-se analisar os resultados com base em três dimensões citadas por CARLEIAL (2003, p. 13) e por CARRION et al. (2002), construídas no INOVASOL, para melhor compreender tais experiências:

- **Dimensão econômica:** buscando compreender a natureza da inovação organizacional em termos de produção, comercialização, tempo de trabalho e pela natureza do produto e/ou serviço prestado que podem ser ou não inovativos;
- **Dimensão político-institucional:** a inovação em termos da gestão e em termos de formação de redes, de parcerias;
- **Dimensão social:** análise das relações de trabalho, os resultados e sua distribuição, ou seja, a inovação em termos de apropriação.

Devido à amplitude de análise que tais dimensões permitem, decidiu-se por limita-las para melhor tratar os resultados obtidos. Deste modo, a dimensão econômica será abordada apenas em termos inovativos de produtos e/ou serviços produzidos pelas cooperativas e na questão da produção coletiva no subitem 4.2.1. A segunda dimensão tratada na questão da formação de redes e de gestão compartilhada no subitem 4.2.2; e a dimensão social encontrar-se-á juntamente com a análise dos resultados em termos organizacionais em 4.2.3. Assim, neste último subitem do capítulo quatro, serão abordados não somente a apropriação coletiva como também uma análise mais aprofundada das cooperativas com relação aos princípios cooperativistas, podendo então ser diferenciadas de acordo com a tipologia proposta pelo projeto INOVASOL.

4.2.1 Inovação de Produto e/ou Serviço e Produção Coletiva

Primeiramente, ao tratar da inovação de produto e/ou serviço nas cooperativas estudadas, verificou-se que:

- **Voice**: apresenta serviços que por si só já são inovadores, que são o telemarketing e a informática; serviços que aparecem com maior destaque nos anos 90 no Brasil;
- **Clac**: - busca constante por melhoria na qualidade do leite produzido, com cursos de atualização para seus produtores cooperados;
 - cuidado com o meio ambiente, mediante programas de conscientização aos cooperados, o que é algo recente no país, a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente;
 - em 1998, a introdução do leite longa vida na cooperativa, que veio dos EUA, o que não se deu tão facilmente pois a empresa teve de se reestruturar para poder fazer frente à competição com as outras empresas já adeptas do longa vida.
- **Horus**: - antigamente a cooperativa apenas instalava equipamentos telefônicos públicos (instalação que compreende projeto, montagem, teste, manutenção e consultorias). Devido às privatizações a partir de meados da década de 90 no Brasil,

houve uma explosão no fornecimento de serviços telefônicos, por causa do barateamento destes, e o aumento da necessidade de mão-de-obra para realizar esses serviços. Atendida esta demanda, hoje a cooperativa passa por uma reestruturação, mudando seu foco de atividade, agora para instalação de equipamentos telefônicos particulares para empresas;

- confecção de projetos e instalação de sites de telefonia celular; confecção de projetos na área de dados; trabalhos de fusão e emenda de cabos de fibra óptica entre outros serviços inovadores também surgidos na década de 90 no país.

• **Coopagrícola:** - investimentos pesados no desenvolvimento de novas tecnologias de cultivares, ou seja, de sementes, para o melhoramento destas que são produzidas pela cooperativa e utilizadas pelos próprios cooperados.

Com relação à produção, esta é coletiva e a prestação de serviços também para todas as cooperativas. O cooperado só trabalha se quiser, pois aqui já não existe um capitalista a subordina-lo; e por isso, recebe proporcional ao que contribuiu à empresa solidária a qual pertence. Tal constatação já mostra a inovação que tais empresas solidárias apresentam diante das empresas tradicionais capitalistas.

4.2.2 Formação de Redes (Parcerias) e Gestão Coletiva

Todas as cooperativas entrevistadas possuem parcerias com a OCEPAR/Sescoop, cuja finalidade maior é a busca da qualificação dos cooperados e da cooperativa a eles filiados. Porém, apenas as cooperativas agrícolas, a Clac e a Coopagrícola, possuem parcerias com outras entidades:

• **Clac:** - SEAB, secretaria da agricultura do Paraná, parceria no desenvolvimento de projetos, considerada pelo dirigente como de importância mediana;

- Secretaria da Agricultura, órgão do governo municipal, cuja finalidade da parceria é a venda de insumos por parte da cooperativa à Secretaria, considerada de importância quase fundamental;

- APCB (Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos) tanto com relação ao desenvolvimento de tecnologia, como em termos de assessoria política, de importância quase fundamental;

- Tecpar, com parceria indireta, uma vez que tanto a OCEPAR como a APCB, que fornecem tecnologia para a Clac, buscam-na na Tecpar, sendo assim também de importância quase fundamental para a cooperativa;

- Partidos Políticos, com parceria de natureza apenas de assessoria política, considerada porém quase sem importância.

- **Coopagrícola:** - Iapar e Embrapa, com fornecimento de tecnologia para a cooperativa, considerada de importância fundamental pelo diretor entrevistado;

- Universidade Estadual de Ponta Grossa, também com parceira de natureza tecnológica, porém eventual, de importância mediana;

- Coodetec (Centro de Pesquisas da OCEPAR) e Fundação Meridional de Apoio à Pesquisa Agropecuária, onde tais órgãos contribuem para o desenvolvimento e a modernização da agricultura brasileira, transferindo tecnologias aos agricultores; com programas de melhoramento genético dos cultivares de soja e trigo, além da pesquisa de novas tecnologias para milho e algodão. A Coopagrícola contribui financeiramente com as duas entidades por meio de royalties. Ambas são consideradas parcerias de importância fundamental;

- Bancos, com assistência financeira mediante financiamentos e empréstimos, de importância quase fundamental;

- Governos e partidos políticos, com parceria políticas com grau de importância médio.

A gestão dos recursos das cooperativas estudadas também é compartilhada. Tudo se decide nas AGOs, diferentemente das sociedades de capital, e aí também se encontra a inovação nas empresas estudadas. Importante também dizer que todas sempre estão se propondo a renovar sua diretoria, que em geral se compõe de Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e AGO, em ordem de importância crescente respectivamente. Porém, a tendência percebida é a de manutenção dos mesmos, uma vez que os cooperados muitas vezes se acomodam, ou mesmo

pensam não serem capazes de estar à frente da cooperativa, como é o caso da Voice, onde a diretora-presidente já está há mais de dois anos com o mesmo cargo.

4.2.3 Apropriação Coletiva e Análise em Termos Organizacionais

Com relação à dimensão social, ou seja, tratando acerca da apropriação dos resultados, variadas foram as respostas dos dirigentes:

Voice: _ Os resultados até hoje ainda não foram divididos, pois só em 2002 houve resultado positivo, que acabou sendo destinado a pagar dívidas, o que foi decidido pela AGO (Assembléia Geral Ordinária). Porém, se fosse hoje para dividir, os cinco cooperados que trabalham apenas com informática levariam a maior fatia, uma vez que recebe-se proporcional ao que se trouxe, e o que estes cooperados trazem à cooperativa chega a ser oito vezes superior ao que os outros trazem.

Clac: _ O resultado anual de 2002 foi negativo em mais de 1.200.000,00, que decidido em AGO, foi então considerado como “perdas acumuladas” e retirado seu valor equivalente da conta capital da cooperativa para cobrir os prejuízos. Esse resultado negativo anual é uma constante na cooperativa, e dificilmente tem-se resultado positivo, e quando isso ocorre, este é dividido pelos cooperados de acordo com a produção leiteira de cada um, tudo decidido na AGO.

Horus: _ O ganho é individual e a perda é individual, ou seja, o resultado não é socializado, porque as atividades são diversas (projeto, instalação, teste, entre outros) e assim as remunerações são diferenciadas. Está no Estatuto da Horus que o resultado anual do Balanço é dividido proporcionalmente à participação do cooperado na cooperativa.

Coopagrícola: _ O resultado positivo de 1 milhão de reais em 2002 foi, de acordo com decisão da AGO, capitalizado. É na AGO que se decide o destino dos resultados anuais, ou seja, se serão divididos, capitalizados ou se serão utilizados para a compra de algum equipamento por exemplo. Se a divisão ocorrer, esta se

dará proporcionalmente à cota capital de cada cooperado, que se acumula ao longo do tempo em que este permanece na cooperativa.

Assim, de modo geral, as cooperativas decidem pela divisão ou não de seus resultados anuais nas AGOs que acontecem também anualmente, onde cada cooperado tem poder de um voto, independente de sua cota capital, situação tratada aqui como uma inovação capitalista. A divisão se dá de acordo com o que cada associado traz de produção ou serviço à cooperativa: no caso das agrícolas Clac e Coopagrícola, isso também depende da qualidade do produto; e no caso da Horus e da Voice, também de acordo com o contrato fechado para cada serviço prestado, serviços que têm seus valores diferenciados no mercado.

Por fim, pensando agora em termos organizacionais em uma análise mais aprofundada, apesar de todas as quatro cooperativas estudadas apresentarem inovações em suas três dimensões, nenhuma delas encaixa-se no conceito de Economia Solidária, não podendo ser utilizadas como exemplos de empresas solidárias.

Mesmo a análise dos resultados ainda sendo preliminar, pôde-se notar, que tanto a Voice como a Horus estão muito mais próximas de empresas fraudes do que de solidárias por serem cooperativas de trabalho, as chamadas Cooper-gatos. Ambas as empresas fecham contratos com outras empresas por um determinado período, onde seus cooperados passam a trabalhar dentro destas, lado a lado com os trabalhadores de carteira assinada, que possuem seus direitos trabalhistas garantidos por lei; direitos que não são assegurados aos cooperados. No caso da Horus a situação é ainda pior pois seus associados saíram da Siemens para formar a cooperativa com o intuito de voltar a trabalhar para ela, o que de fato aconteceu, porém hoje não mais porque tal empresa (Siemens) está proibida judicialmente a trabalhar com cooperativas. E aí fica no ar a questão, que não foi respondida de modo claro pelo dirigente entrevistado: o Ministério Público interviu nos contratos da Siemens (que incluíam a Horus) por entender que se estava defraudando os direitos dos trabalhadores, subcontratando-os por meio de cooperativas ou por outros motivos?

Já as cooperativas agrícolas Clac e Coopagrícola mostram-se mais próximas de firmas capitalistas do que de empresas solidárias, pois se comportam como tais, ao manterem contrato com trabalhadores. A Clac ainda possui diversas lojas de venda de insumos, enquanto que a Coopagrícola, além de ter sua própria usina de calcário, possui atualmente 124 funcionários e terceiriza tanto o serviço do refeitório, como a parte de recursos humanos, de informática e de contabilidade.

Verificou-se portanto _ lembrando que os resultados ainda são preliminares, pois a pesquisa continua em andamento _ neste trabalho, uma banalização do conceito de cooperativa; o desvirtuamento dos princípios cooperativistas; e que, apesar das quatro cooperativas entrevistadas serem registradas, todas agem como formas de burlar as leis cooperativistas.

5 CONCLUSÃO

Com a superação do modelo fordista de produção pela organização toyotista¹⁰, a difusão de novas tecnologias e a maior globalização mundial a partir da década de 1970, as firmas dos países capitalistas avançados tiveram de se reestruturar na busca por flexibilidade, liquidez e agilidade. No caso brasileiro, tais transformações ocorreram a partir dos anos 90, com a abertura comercial do país e a sobrevalorização do Real (1994) que levaram as firmas brasileiras a reduzir custos e dívidas para não sucumbirem, e se reintegrar aos mercados internacionais e à cultura técnica internacional para voltarem a ser competitivas.

Como consequência, o mercado de trabalho foi muito afetado, pois essas mudanças levaram ao aumento do desemprego e da exclusão social pelo fato das empresas precisarem reduzir seus custos. Nesse contexto, assiste-se hoje a uma espécie de renascimento das propostas de Economia Solidária, economia que envolve diversas formas de trabalho, onde destacam-se as empresas solidárias (cooperativas e empresas autogestionárias), o Terceiro Setor (associações, fundações e ONGs) e movimentos sociais (clubes de troca, movimentos de desempregados e iniciativas próprias).

Apesar do aumento quantitativo de empreendimentos solidários e do crescente interesse pelo estudo da Economia Solidária, ainda não existe um consenso teórico acerca desse tipo de economia, o que dificulta em muito sua apreensão mais sistematizada e também a formulação de políticas de fomento para tais iniciativas. Duas são as principais interpretações: a primeira trata a Economia Solidária no âmbito da Economia Social, como um movimento social de resistência; e a segunda, cujo principal defensor é o economista Paul Singer, que a trata como uma forma alternativa ao capitalismo, ainda sob seus marcos.

Entretanto, propôs-se neste trabalho uma outra interpretação à Economia Solidária, na qual as atividades associativas podem ser apreendidas no âmbito da Economia da Inovação neoschumpeteriana institucionalista, pois aqui pressupõe-se que tais iniciativas constituem-se inovações geradas dentro do próprio sistema

¹⁰ Vale lembrar que o modelo fordista ainda não foi totalmente superado, como muitos autores dizem, uma vez que em muitas fábricas ainda se verifica a utilização deste modelo.

econômico vigente, o capitalismo, para sobreviver dentro deste, ou seja, ainda sob o capital. As principais inovações nelas encontradas, de acordo com o projeto de pesquisa INOVASOL, são: produção, gestão e apropriação coletivas, inovação em produtos e/ou serviços (ou não) e em termos de formação de redes, como parte integrante de um Sistema Nacional e/ou Regional de Inovação. Para este estudo, resolveu-se focar dentre as empresas solidárias as cooperativas paranaenses, tendo sido necessário tratar acerca do cooperativismo e de sua importância no Paraná, para depois partir-se aos estudos de caso.

O cooperativismo surgiu em 1844 na Inglaterra com a “Sociedade dos probos Pioneiros de Rochdale”, porém sua idéia já existia muito antes de tal data, tendo como principal precursor Robert Owen. No Brasil, o movimento cooperativista iniciou-se em 1847 com a colônia Tereza Cristina, fundada pelo médico Jean Faivre, mas somente em 1902 é que nasceu a primeira cooperativa do país em Nova Petrópolis/RS. Já no caso paranaense, o cooperativismo teve importante impulso para seu desenvolvimento com os movimentos de imigrantes no Estado. Dados de 2002 indicam faturamento de R\$10,6 bilhões de reais das cooperativas do Paraná, destacando-se as agrícolas, que respondem por cerca de 52% do PIB agrícola paranaense.

Devido à importância crescente das cooperativas no Brasil e principalmente no Paraná, optou-se pelo estudo de caso de quatro tipos de cooperativas paranaenses: uma de produção, uma de serviço, uma agrícola e uma de trabalho, respectivamente, a Clac, a Horus Telecom, a Coopagrícola e a Voice. Aplicou-se então um questionário elaborado pelos pesquisadores do projeto de pesquisa nacional INOVASOL no mês de outubro deste ano. E então, por meio da análise das respostas, chegou-se à dois tipos principais de resultados: o primeiro com relação à inovação nessas cooperativas; e o segundo, em termos de organização e a conseqüente diferenciação das empresas escolhidas de acordo com a tipologia proposta também pelo projeto INOVASOL.

No que tange às inovações nas cooperativas estudadas, todas procuram inovar seus produtos e/ou serviços oferecidos, e em algumas os referidos já são por si próprios inovativos, da década de 90. Com relação à formação de redes, as quatro possuem parceria com a OCEPAR/Sescoop, enquanto que apenas a Clac e a Coopagrícola apresentam parcerias com outras entidades, lembrando que o setor

agropecuário no Paraná é muito forte economicamente. Além disso, todas já são por elas mesmas inovações em termos de organização uma vez que, diferentemente de empresas tradicionais, apresentam produção, gestão e apropriação coletivas. Assim, as cooperativas escolhidas aproximam-se da teoria neoschumpeteriana.

Porém, numa análise mais aprofundada em termos organizacionais, infelizmente verificou-se que nenhuma dessas cooperativas encaixa-se no conceito de Economia Solidária, não podendo ser utilizadas como exemplos de empresas solidárias. Tanto a Horus como a Voice, que são na verdade cooperativas de trabalho, aproximam-se muito mais de empresas fraudes, das Cooper-gatos; e tanto a Clac como a Coopagrícola estão mais perto de firmas capitalistas do que de empresas solidárias de fato. Constatou-se portanto neste trabalho, uma banalização do conceito de cooperativa, o desvirtuamento dos princípios cooperativistas, e que, apesar de serem registradas, todas as quatro empresas agem como formas de burlar as leis cooperativistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI. **Mensagem da Aliança Cooperativa Internacional: As Cooperativas e a Globalização da Economia (1998)**. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptmessage97.html>> Acesso em: 20 outubro 2003a.

ACI. **Declaração sobre a Identidade Cooperativa & Princípios Cooperativistas**. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>> Acesso em: 20 outubro 2003b.

ACI. **O que é a ACI?** Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptaci.html>> Acesso em: 20 outubro 2003c.

ANDRADE, J. C. S.; DIAS, C. C. **Intercâmbio político neocorporatista e inovação tecnológica neoschumpeteriana: o processo de consolidação do “padrão eucalipto” na Aracruz Celulose S.A.** RAC, v.05, n. 1, janeiro/abril 2001. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_05/dwn/rac-v5-n1-jca.pdf> Acesso em: 11 outubro 2003.

ANTEAG. **Empresa Social e Globalização, Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente**. São Paulo: Yangraf, 1998.

BIRCHAL, S. de O.; MUNIZ, R. M. **A lógica do capitalismo e o trabalho humano**. Disponível em: <<http://www.ibmec.br/sub/mg/download.php?recid=2581>> Acesso em: 11 outubro 2003.

CARLEIAL, L. M. F. **Redes Industriais de Subcontratação: um enfoque do Sistema Nacional de Inovação**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 23 – 53.

CARLEIAL, L. M. F. et al. **Economia Solidária e Informalidade: pontos de aproximação, proposta conceitual e “novos” desafios para a política pública**. In: Simpósio *El trabajo como base de la política social*, 2003, Osaka – Japão.

CARRION, R. e CARLEIAL, L. **Projeto de Pesquisa: Inovações em Economia Solidária: Potencialidades, Desafios e Limites – INOVASOL**. CNPq: Edital Universal 01/2002, Faixa C. (a)

CARRION, R. e CARLEIAL, L. **Impressão de formulário: Projeto INOVASOL**. CNPq: Edital Universal 01/2002, Faixa C. (b)

CARRION, R. et al. **Título do Projeto: Economia Social uma Proposta Inovadora de Trabalho e Produção Coletiva?** UFRGS: Porto Alegre, agosto 2002.

COMEAU, Y. **Guia de Coleta e de Categorização de dados para o Estudo de atividades de Economia Social e Solidária**. Cahiers du CRISES – Collection Working Papers – nº 9605, 2ª edição, março de 2000. Tradução livre de Pedro de Almeida Costa (UFRGS).

COMITÊ LULA PRESIDENTE. **Caderno Temático do Programa: Cooperar e Desenvolver**. São Paulo: 2002. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>> Acesso em: junho 2003.

COOPERATIVISMO. In: **NOVO DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. São Paulo: Best Seller, 1994. ed. 8, p. 75.

DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Horizonte, 1978, 3ª ed., p. 557 – 559.

KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994. p. 83 – 84.

MARQUES, António. **Da Sociedade do Conhecimento à Economia da Inovação**. Cadernos de Economia, Portugal. Disponível em: <<http://www.cadernoseconomia.com.pt/ce58/antoniomarques.html>> Acesso em: 11 outubro 2003.

MARTINS, A. T. **Inovação, uma via para a requalificação do turismo algarvio**. In: Congresso de Algarve, XI, 2001, Algarve - Portugal. Disponível em: <<http://www.dre-algarve.min-economia.pt/estudos/congalg/05.html>> Acesso em: 11 outubro 2003.

MARTINS, H. E. P. **Indicadores Regionais de Capacitação Tecnológica: uma comparação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro**. In: Seminário sobre a Economia Mineira, IX. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/HUMBERTO.PDF>> Acesso em: 11 outubro 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2003.

MOTTA, F. C. P. et al. **Participação e Participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 61 – 91.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em: dezembro 2002.

OCB/Sescoop. **Programa Cooper Jovem**. Coopergraf. (Álbum Seriado: Educação Cooperativista nas escolas de 1º e 2º graus).

OCEPAR. **Marcos Históricos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>> Acesso em: 20 outubro 2003a.

OCEPAR. **O Cooperativismo no Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>> Acesso em: 20 outubro 2003b.

OCEPAR. **O Cooperativismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>> Acesso em: 20 outubro 2003c.

OCEPAR. **Princípios Internacionais**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>> Acesso em: 20 outubro 2003d.

OCEPAR. **Ramos do Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>> Acesso em: 20 outubro 2003e.

OCEPAR. **Representação das Cooperativas**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>> Acesso em: 20 outubro 2003f.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. **A Estrutura do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp> Acesso em: 20 outubro 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 69 – 99. (Os Economistas).

SHIKIDA, P. F. A.; LOPEZ, A. A. O. **A questão da mudança tecnológica e o enfoque neoclássico**. Disponível em: <http://www.upf.tche.br/cepeac/download/artigo05_09.pdf> Acesso em: 11 outubro 2003.

SINGER, P. Economia solidária. **Revista Eletrônica Integração**. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/4/opinio.html>> Acesso em: 11 outubro 2003a. Entrevista concedida a Leopoldo Costa, Daniel Gonçalves e Juliana Winkel.

SINGER, P. Economia solidária é um sistema eficaz. **Folha do Amapá**. Disponível em: <<http://www.amazonpress.com.br/entrevista/dedoc/entr15052001.htm>> Acesso em: 11 outubro 2003b. Entrevista concedida a Luli Rojanski.

SINGER, P. **Fala na posse da Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília: MTE/CDB, 2003c.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999. Projeto E, Boletim 07, 29 maio a 04 junho 1999. Disponível em: <http://www.projetoe.org.br/boletim/ar05_bol07.html> Acesso em: 11 outubro 2003d. Resenha.

SINGER, P. Paul Singer fala em Brasília sobre Economia Solidária. **Fundação Banco do Brasil, Cidadania-e**. Disponível em: <http://www.cidadania-e.com.br/ms_destaque.asp?idMenu=31&idDest=3209> Acesso em: 11 outubro 2003e. Reportagem.

SINGER, P. Paul Singer por Fernando Haddad. **Fundação Perseu Abramo**, Revista Teoria e Debate nº 35, julho, agosto, setembro 1997. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td35/td35_entrevista02.htm> Acesso em: 11 outubro 2003f. Entrevista concedida a Fernando Haddad.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em: dezembro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Referências**. Curitiba: UFPR, 2000. (Normas para apresentação de documentos científicos, 6).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Citações e notas de rodapé**. Curitiba: UFPR, 2000. (Normas para apresentação de documentos científicos, 7).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Redação e Editoração**. Curitiba: UFPR, 2000. (Normas para apresentação de documentos científicos, 8).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Tabelas**. Curitiba: UFPR, 2000. (Normas para apresentação de documentos científicos, 9).

VALLE, R.: organizador. **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 09 – 29.

ANEXO

QUESTIONÁRIO/Entrevista para “Dirigente”

PROJETO: Economia Social: Uma Proposta Inovadora de Trabalho e Produção Coletiva? Produção de Riqueza em Contexto de Precariedade - INOVASOL
 NOME DO RESPONDENTE _____
 DATA _____

I – DADOS GERAIS

1. NOME DO EMPREENDIMENTO _____

2. ATIVIDADE _____

2.1 Atividade(s) inicial(ais) _____

2.2 Atividade(s) atual(ais) _____

2.3 É possível destacar uma atividade principal? _____

3. ESTATUTO JURÍDICO

3.1 Possui estatuto legal?

() sim () não

3.1.1 Se sim, qual? _____

Data do Registro _____ (Apanhar cópia da Ata de Constituição)

3.1.2 Se não, explicar estágio atual da organização _____

5.3 Status dos Participantes:

Status	Homens	Mulheres	Total
Cooperativados			
Assalariados			
Voluntários			
Autônomos			
Subcontratados			
Outros			

5.4 A participação de pessoas de uma mesma família:

- () é uma prática freqüente
 () pode ocorrer, mas não é comum
 () não ocorre

5.5 Como se dá o processo de ingresso? _____

5.6 Por que "você" se considera uma cooperativa? _____

6. PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

6.1 O acesso ao mercado ocorre através de:

- () venda individual, direta ao consumidor _____ %
 () venda coletiva direta ao consumidor _____ %
 () venda individual para terceiros _____ %
 () venda coletiva para terceiros _____ %
 () participação em feiras _____ %

6.2 Tipo e natureza do consumidor com participação %:

Consumidor	Fixo	Eventual	Percentual
Poder Público			
Empresas Privadas			
Pessoas Físicas			
Organizações da Sociedade Civil (ONGs, Fundações, Associações, Sindicatos, Igrejas, etc.)			

II - DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL-ECONÔMICO-SOCIAL

II. 1– HISTÓRICO (Entrevistar membros que tenham participado desde o início)

1. Proposta Inicial _____

2. Objetivos/Expectativas _____

3. Houve participação de atores externos? () Sim () Não

3. 1 Nesse caso, de quem? _____

3.2 No que consistiu essa a participação? _____

4. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados _____

5. Caminhos intentados. Resultados _____

1.2 A seguir, estão listadas entidades representativas de prováveis parcerias. Indique com um "X" o ponto de escala correspondente ao nível de importância que você atribui a cada uma delas para a sobrevivência dessa organização. A escala de 5 pontos seguinte significa que quanto mais à esquerda você colocar o "X", menor a importância que você atribui à razão; e quanto mais à direita, maior a importância.

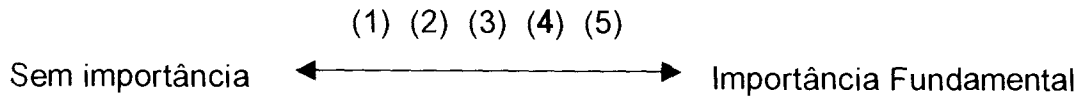
(1) (2) (3) (4) (5)

Sem importância ←————→ Importância Fundamental

Parceiros	1	2	3	4	5
Governo Municipal					
Governo Estadual					
Governo Federal					
ONGs					
Universidades					
Bancos					
Sindicatos					
Empresas					
Igrejas					
Partidos Políticos					
Outro parceiro:					
Outro parceiro:					
Outro parceiro:					
Outro parceiro:					
Outro parceiro:					

No caso de outro(s) parceiro(s), especificar _____

1.3 A seguir, estão listados os objetivos que podem levar a formação de parcerias. Indique com um "X" o ponto de escala correspondente ao nível de importância que você atribui a cada uma delas para a sobrevivência dessa organização. A escala de 5 pontos seguinte significa que quanto mais à esquerda você colocar o "X", menor a importância que você atribui à razão; e quanto mais à direita, maior a importância.



Parceiros	1	2	3	4	5
Qualificação : autogestão, administrativa, técnica					
Tecnologia					
Desenvolvimento de projetos					
Comercialização					
Capitalização					
Doações					
Outra finalidade:					
Outra finalidade:					
Outra finalidade:					
Outra finalidade:					
Outra finalidade:					

No caso de outra(s) finalidade(s), especificar _____

II.3 – REMUNERAÇÃO

1. Remuneração

1.1 Como é calculada a remuneração? _____

1.2 Quem participa dessa definição? _____

1.3 As regras:

() sempre foram as mesmas

() foram modificadas Quando? ()

1.3.1 Como foram mudadas? _____

II.4 – O TRABALHO

1. As atividades realizadas por cada participante:

() são sempre as mesmas

() variam

2. Quem define as atividades de cada participante? _____

3. Os elementos considerados para essa definição são: _____

II.5 – RESULTADO

1. Qual é o “resultado” da Cooperativa?

Mensal: _____

Anual: _____

2. Como ele é dividido? _____

3. Quem define? _____

4. Quem recebe? E em que proporção recebe? _____

QUESTIONÁRIO/Entrevista para “Participante”

PROJETO: Economia Social: Uma Proposta Inovadora de Trabalho e Produção Coletiva? Produção de Riqueza em Contexto de Precariedade - INOVASOL

NOME DO RESPONDENTE _____

DATA _____

NOME DO EMPREENDIMENTO

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Sexo: ()F ()M

Idade: _____

Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto cursou até _____

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto cursou até _____

() Ensino médio completo

() Superior incompleto cursou até _____

() Superior completo especificar _____

II - SITUAÇÃO NA EMPRESA

1. Situação na “empresa”:

() Associado/Cooperativado

() Assalariado

() Trabalhador Voluntário

() Autônomo

() Outro. Especificar _____

2. Como se deu sua vinculação a esse grupo? _____

3. Há quanto tempo trabalha aqui?

() Até 1 ano

() De 13 a 24 meses

() De 15 meses a mais

4. Tipo de atividade que realiza _____

4.1 Outra atividade remunerada:

Exerce? () sim () não

Exercia? () sim () não

4.2 Com relação ao ganho atual, o seu ganho anterior era:

() superior () semelhante () inferior

4.3 Realiza outras atividades remuneradas?

() não () sim, qual? _____

4.4 Percentual da remuneração na atividade associativa no total da renda: _____%

4.5 Carga horária semanal: _____

5. Participou de algum Curso ou Formação nos últimos 5 anos?

() sim () não

Se sim, complete a tabela abaixo:

Curso	Objetivo	Entidade Promotora	Duração	Período	Invest. Pessoal	Sem custo pessoal

6. Por que você se associou e/ou se vinculou a essa iniciativa/cooperativa? _____

7. Com relação à atividade associativa:

() pretende continuar participando

() se surgisse uma “boa” oportunidade no mercado formal você sairia

8. É sindicalizado?

() não () sim, qual? _____

9. Você participa da decisão quanto à definição da distribuição dos resultados?

() sim () não, porque _____

10. Você participa regularmente das assembléias?

() sim () não, porque _____
